



## ANEXO II

### NORMAS, DIRETRIZES E REQUISITOS DOCUMENTAIS PARA O PROCESSO DE CREDENCIAMENTO JUNTO À FUNDAÇÃO GUAMÁ

Para fins de formalização do credenciamento junto à Fundação Guamá, os interessados deverão apresentar a documentação relacionada abaixo, devidamente organizada conforme a sua respectiva categoria jurídica. Além dos itens listados, é imprescindível observar com rigor todas as normas e exigências específicas detalhadas no edital vigente para garantir a plena regularidade do processo.

#### 1. PESSOA FÍSICA

- **RG ou CNH:** Documento de identidade oficial com foto;
- **CPF:** Cadastro de Pessoa Física;
- **Comprovante de Residência:** Atualizado;
- **Certidões Negativas:** Abrangendo as esferas Federal, Estadual e Municipal;
- **Registro Profissional:** Documento expedido pelo conselho de classe (quando aplicável);
- **Cadastro de Pessoa Física (autônomo) no ISS Belém:** para a emissão de Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) referente à atividade pleiteada.

#### 2. PESSOA JURÍDICA

- **Contrato Social ou Estatuto:** Ato constitutivo devidamente registrado;
- **CNPJ Ativo:** Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- **Certidões Negativas:** Regularidade perante a Receita Federal (RF), FGTS, INSS e esferas Estadual e Municipal;
- **CNDT Trabalhista:** Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas;
- **Alvará de Funcionamento:** Vigente;
- **Inscrição Estadual e/ou Municipal:** Conforme a natureza da atividade;
- **Declaração de Inexistência de Impedimentos:** Conforme modelo oficial.

#### Observações Importantes:

1. Os interessados devem, obrigatoriamente, realizar a consulta integral e minuciosa de todas as disposições contidas no **Edital Vigente**. Este documento é o instrumento norteador do processo, estabelecendo cronogramas, critérios técnicos de avaliação e possíveis atualizações normativas que devem ser rigorosamente seguidas para evitar a desclassificação ou indeferimento da proposta.
2. A aceitação e o processamento dos documentos estão estritamente condicionados a uma análise técnica detalhada, visando a verificação de inexistência de quaisquer impedimentos legais. Isso abrange a checagem de sanções administrativas, idoneidade financeira e conformidade jurídica, garantindo que o proponente não possua restrições que impossibilitem a formalização de vínculos com a Fundação Guamá.